

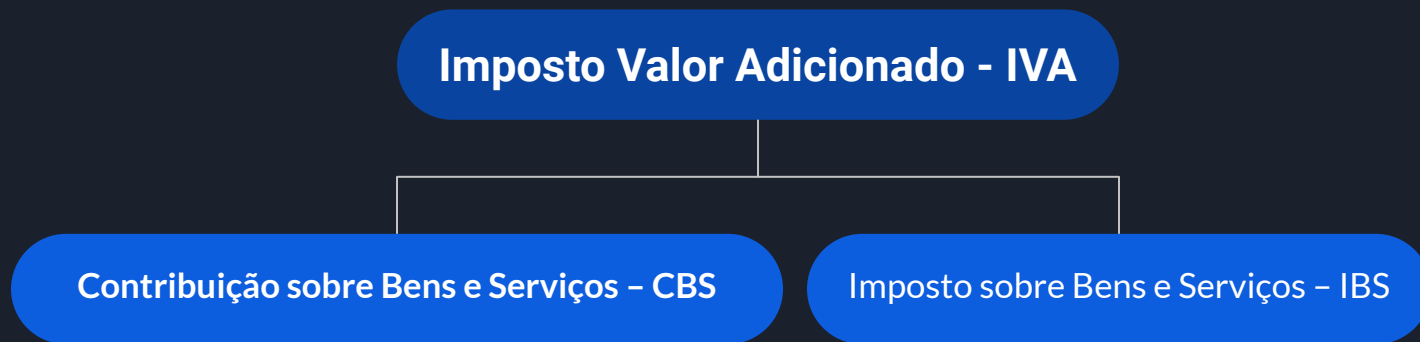
A Reforma Tributária e o Setor de Rochas Naturais

Os Impactos da Regulamentação

Ricardo Rocha Grola

27 de junho de 2024

O que vai mudar?



O IBS e a CBS são tributos sobre o valor adicionado, isso significa que sua tributação sofre o abatimento dos créditos sobre as aquisições.

A ideia é que o crédito seja amplo permitindo a empresa aproveitar todo o imposto pago nas aquisições como crédito.



Vai reduzir a carga tributária?

Não. Para isso seria necessário antes uma reforma administrativa.

Pode aumentar a carga para alguns setores e reduzir para outros.

No geral a proposta é manter a média da carga tributária atual.

Não há nenhuma discussão sobre redução na proposta da reforma tributária.



Porque a reforma tributária é importante?

Para resolver pontos como:

- Não cumulatividade dos tributos.
- Cobrança no destino onde ocorre o consumo.
- Simplificação da apuração.
- Dificultar a sonegação.
- Reduzir custo com estudos, ações judiciais e planejamento tributário.



Tem algum benefício previsto para Rochas ?

Não. Até o momento não visualizamos nenhuma previsão de benefício fiscal para o setor de rochas.

- Alerta para:

Imposto Seletivo

Fim do COMPETE, INVEST, etc....

Fim do diferimento de ICMS para o bloco.

Existe previsão para criação de um fundo para recompor perdas, porém nada concreto ainda.



Saldo credor de ICMS? Perdeu?

§ 6º Lei complementar disporá sobre:

I – as regras gerais de implementação do parcelamento previsto no § 3º;

II – a forma mediante a qual os titulares dos créditos de que trata este artigo poderão transferi-los a terceiros;

III – a forma pela qual o crédito de que trata este artigo poderá ser ressarcido ao contribuinte pelo Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços, caso não seja possível compensar o valor da parcela nos termos do § 3º.”

E o Saldo credor de ICMS? Perdeu?

§ 3º O saldo dos créditos homologados será informado pelos Estados e pelo Distrito Federal ao Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços para que seja compensado com o imposto de que trata o art. 156-A da Constituição Federal:

I – pelo prazo remanescente, apurado nos termos do art. 20, § 5º, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para os créditos relativos à entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente;

II – em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, nos demais casos.

§ 4º O Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços deduzirá do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 156-A devido ao respectivo ente federativo o valor compensado na forma do § 3º, o qual não comporá base de cálculo para fins do disposto nos arts. 158, IV, 198, § 2º, 204, parágrafo único, 212, 212-A, II, e 216, § 6º, todos da Constituição Federal.

§ 5º A partir de 2033, os saldos credores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro índice que venha a substituí-lo.



Como fica a pauta de valores?

Ainda não temos definição.

Porém....

No projeto de Lei consta previsão para manter:

Art. 13. O valor da operação será arbitrado pela administração tributária quando:

I - b) for declarado em documento fiscal valor notoriamente inferior ao valor de mercado da operação;

II - b) pelo valor fixado por órgão competente, pelo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador ou pelo preço divulgado ou fornecido por entidades representativas dos respectivos setores, conforme o caso.



Como fica o Simples Nacional?

Continua como está hoje.

Não haverá mudanças nas regras do Simples Nacional.

Porém.....

Poderá optar por apurar e recolher a CBS e o IBS fora do simples




Como fica o Simples Nacional?

§ 2º Na hipótese de o recolhimento dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, ser realizado por meio do regime único de que trata o § 1º, enquanto perdurar a opção:

I – não será permitida a apropriação de créditos dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, pelo contribuinte optante pelo regime único; e

II – será permitida ao adquirente de bens e serviços do contribuinte optante a apropriação de créditos dos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, em montante equivalente ao cobrado por meio do regime único.

§ 3º O contribuinte optante pelo regime único de que trata o § 1º poderá recolher separadamente os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, não se aplicando o disposto no § 2º deste artigo, nos termos de lei complementar.” (NR)



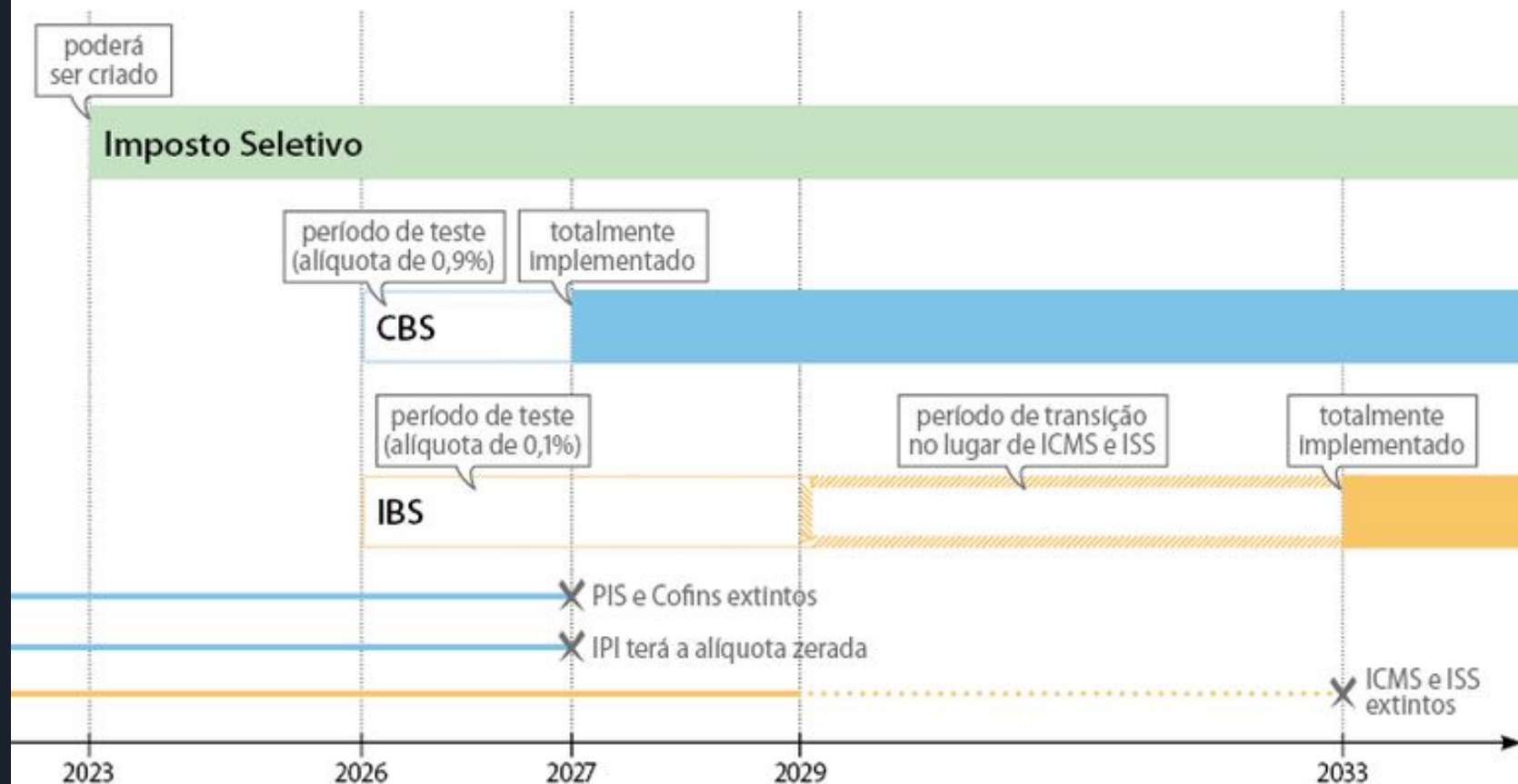
Na transição paga o tributo que existe e o novo?

“Art. 125. Em 2026, o imposto previsto no art. 156-A será cobrado à alíquota estadual de 0,1% (um décimo por cento) e a contribuição prevista no art. 195, V, ambos da Constituição Federal, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento).

§ 1º O montante recolhido na forma do *caput* poderá ser deduzido do valor devido das contribuições previstas no art. 195, I, ‘b’ e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social a que se refere o art. 239, ambos da Constituição Federal.

§ 2º Caso o contribuinte não possua débitos suficientes para efetuar a compensação de que trata o § 1º, o valor recolhido poderá ser compensado com qualquer outro tributo federal ou ser ressarcido em até 60 (sessenta) dias, mediante requerimento.

Quando os novos impostos valerão?





Crédito será só do tributo pago?

II – o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação, desde que:

- a) o adquirente possa efetuar o recolhimento do imposto incidente nas suas aquisições de bens ou serviços; ou
- b) o recolhimento do imposto ocorra na liquidação financeira da operação;



Split Payment - sabe o que é isso?

Método que vincula o pagamento do tributo ao documento fiscal e à liquidação financeira da transação comercial.

Com o split payment a CBS e o IBS serão retidos pelo operador financeiro e repassados diretamente os fisco.

PIX, boleto, cartão de crédito e de débito, etc....

Nos pagamentos sem passar por um operador financeiro, o adquirente poderá gerar a guia e recolher para ter o crédito.



Impactos nas empresas

- Adequações nas rotinas, processos e sistemas
- Treinamento e capacitação de mão de obra
- Avaliar a logística operacional do negócio
- Reestruturação tributária das operações
- Validação da formação de preço dos produtos
- Levantamento do aumento de custos com a transição



Impactos nas empresas

- . Quem possui contratos de longo prazo:
 - . Cláusula de adequação tributária.
 - . Revisão dos contratos de longo prazo em vigor.



Oportunidades para o futuro

- Redução do Custo de Conformidade à Tributação.
- Redução do custo com planejamento tributário.
- Contador mais dedicado a geração de informações gerenciais para gestão da empresa.
- Redução nas autuações com a simplificação.



Como está a regulamentação hoje?

- Projeto de Lei Complementar 68 de 2024 e 108 de 2024, que regulamentam a reforma estão em construção.
- Audiências públicas foram realizadas.
- Debates foram feitos, entidades foram ouvidas.
- Expectativa que no início de julho seja consolidado o texto.
- Pode ser votado ainda em julho.

27/06/2024



Lembrem-se:

“Nada é permanente, exceto a mudança.”

Heráclito

“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças.”

Leon C. Megginson